

**AGRICULTURA E AMBIENTE – UMA  
ALIANÇA VIRTUOSA PARA A  
MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES  
CLIMÁTICAS**

DISTRITAL DE BRAGA

MOÇÃO SETORIAL  
CONGRESSO VISEU  
20-21 ABRIL 2024



# AGRICULTURA E AMBIENTE – UMA ALIANÇA VIRTUOSA PARA A MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

## 1. ENQUADRAMENTO

As atuais tendências da pressão nos recursos naturais e a conjugação de diversos fatores, como o consumo excessivo de água e a sua contaminação, a perda de biodiversidade, a crise das matérias-primas, a produção excessiva de resíduos, o aumento das emissões de CO<sub>2</sub>, a degradação da qualidade do ar, a necessidade de descarbonização da indústria e os riscos ambientais resultantes pelo do modelo atual de produção e consumo, sublinham a necessidade de uma aposta em políticas que promovam um país mais descarbonizado, mais circular, mais sustentável e mais resiliente.

Em termos internacionais, os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, o Pacto Ecológico Europeu e o Plano de Ação da Economia Circular Europeu, devem ser estratégias a ser seguidas e articuladas nas políticas nacionais. Só desta forma será possível alcançar as metas impostas, designadamente no setor dos resíduos e da descarbonização. Portugal está a envelhecer e o Interior a desertificar.

São, também, essas as preocupações das Nações Unidas e da *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Transformar o nosso Mundo*, em particular através do reforço do investimento em infraestruturas, conhecimento e desenvolvimento, assim como da interligação dos vínculos económicos, sociais e ambientais entre áreas urbanas, suburbanas e rurais, num coerente e harmonioso planeamento e gestão de território, à escala regional e nacional.

Ainda devem ser de considerar as estratégias europeias (Estratégia do Prado ao Prato, Estratégia de Adaptação da UE, Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030, Estratégia de Solos da UE para 2030, etc.) que promovem uma abordagem sistémica das questões ambientais e climáticas, tendo em conta o papel e os efeitos potenciais no sector agrícola. No entanto, as disposições estabelecidas pelas políticas da UE (por exemplo, para uma utilização eficiente da água pelo sector agrícola) ainda não são suficientemente aplicadas para dar resposta aos problemas de alterações climáticas com que o sector agrícola se confronta. Além disso, as sinergias entre as políticas de gestão dos riscos de inundação e as políticas agrícolas são ainda limitadas.

As actuais tendências alimentares, combinadas com o crescimento previsto da população para cerca de 10 mil milhões de pessoas até 2050, agravarão os riscos para as pessoas e o planeta. Prevê-se que o fardo global das doenças não transmissíveis se agrave e que os efeitos da produção alimentar nas emissões de gases com efeito de estufa, na poluição por azoto e fósforo, na perda de biodiversidade e na utilização da água e dos solos reduzam a estabilidade do sistema terrestre.

É a Agricultura um fator crucial para os novos desafios da transição energética e de descarbonização consagrados na agenda europeia (Pacto Ecológico) e nas agendas nacionais, incluindo a mobilização do tecido empresarial para a economia circular. Construir um novo modelo de agricultura orientado para o desenvolvimento sustentável, num contexto de



compatibilizar os desafios climáticos e a necessidade de produzir alimentos para uma população mundial em franco crescimento, com a limitação de recursos naturais, terra e água em particular, perda de biodiversidade e doenças e pragas, é, pois, a exigência que compete a todos.

Este desafio ainda se torna mais interessante quando não pode ser realizado descurando perdas de produtividade e rendimento dos agricultores, mas implementando medidas de descarbonização, circularidade da água e dos resíduos, promoção da biodiversidade, fomento de práticas agrícolas e sistemas alimentares, que promovam a sustentabilidade agroambiental. Este pode ser um contributo político do CDS para uma estratégia nacional.

Neste particular momento, de adaptação do Mundo Rural aos novos desafios ambientais, uma **ALIANÇA VIRTUOSA PARA A MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS** é urgente, agregando todos aqueles que o preservam, respeitam e valorizam.

Porque o CDS esteve sempre presente nestas causas e no respeito pelo **Mundo Rural e pelo Ambiente**, de forma ativa e motivadora, é igualmente oportuno, , relembrar e reforçar políticas estruturantes e adaptar a novas realidades, enquadradas na matriz ideológica do nosso Partido.

## 2. VISÃO

A coesão territorial e social, com políticas de desenvolvimento específicas, tem de ser um objetivo estruturante para Portugal, quando o território rural é altamente predominante (90% do país é rural), a atividade agrosilvopastoril ocupa cerca de 75% do território e cerca de 50% é considerado como de baixa densidade;

A importância do contributo destas áreas rurais para a sustentabilidade ambiental e a sua elevada dependência dos fatores climáticos e a riqueza única da biodiversidade, que nos distingue entre as diferentes Nações, transformando cada região num fator singular de oportunidades;

A redução das assimetrias entre populações e regiões tem de ser uma realidade sustentada numa abordagem multisetorial, que inclui para além do produção agrícola e valorização dos recursos naturais, o desenvolvimento de outros setores económicos conexos, o reforço das infraestruturas, o acesso a serviços públicos de qualidade – saúde, educação, desporto e cultura;

A forte contribuição para a soberania alimentar, promovendo produtos únicos em qualidade e segurança, favorecendo circuitos curtos de comercialização e interligando-se com setores ativos da economia, como o turismo;

O papel social e interventivo das populações, hoje muitas vezes desconsiderado e reduzido por minorias pseudo-urbanas e pouco conhecedoras do Mundo Rural, a necessitar de estímulo e apoio;

O CDS pretende assim, contribuir para a criação de uma política ambiental que combata as alterações climáticas e contribua para descarbonização, proteja os recursos naturais, a biodiversidade e o ordenamento do território, valorize os resíduos como recursos, e promova o uso das energias renováveis. Só deste forma será possível contribuir para uma economia moderna, mais competitiva, mais resiliente, mais circular e mais sustentável. Este é o único caminho para promover o bem-estar e a saúde dos cidadãos e das gerações futuras.



### 3. UMA AGENDA

#### 3.1 – AGUA – UM RECURSO ESSENCIAL

A água é recurso essencial, não apenas para a sobrevivência da vida, como é também, essencial para todas as atividades que vão desde o consumo humano, ao turismo, à agricultura, ...Ter água em quantidade e em qualidade para satisfazer as necessidades atuais passou a ser um desígnio da política internacional e nacional, sabendo nós que Portugal é dos países mais afetados pelas alterações climáticas.

Em média 28,8 % da água que é captada, tratada e distribuída não é faturada, porque é perdida ao longo da rede, devido maioritariamente à elevada deterioração das condutas. Este desperdício representa um elevado custo económico, cerca de 340 milhões de euros por ano e mais grave ainda, representa um sério problema ambiental, num país que cada vez mais sofre com a pressão dos eventos meteorológicos extremos, levando à escassez de água.

Os territórios rurais são essenciais para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS 2030), seja no desenvolvimento económico, como já referido, seja no social ou, também, no ambiental. São territórios que estão mais vulneráveis às alterações climáticas, onde muito há a fazer em termos de adaptação, em particular no domínio da água, mas também são, igualmente, aqueles territórios que mais podem contribuir para a mitigação dessas mesmas alterações climáticas, em particular como sumidouros de carbono.

De facto, as características mediterrânicas que caracterizam o nosso país fazem da água um fator crucial de competitividade e modernização da agricultura, mas também determinante para o combate à desertificação e a adaptação às alterações climáticas. A água é, em Portugal, um elemento de coesão territorial. É essencial maximizar o armazenamento de água nos períodos e anos de maior pluviosidade para garantir a sua disponibilidade nos períodos e anos de maior escassez. Por isso, o armazenamento e aproveitamento dos recursos hídricos através de charcas e barragens, bem como o estudo da viabilidade de construção de interligações de norte para sul do país (transvases) de modo a aproveitar a maior precipitação que se verifica a norte para encher reservatórios a sul, devem estar nas nossas prioridades.

É necessário potenciar uma gestão mais articulada, integrada e multidimensional dos recursos hídricos/ciclo da água, exigindo um melhor conhecimento sobre os recursos hídricos, suas vulnerabilidades, riscos, atuais e emergentes, e a forma de combater. Assim, no setor agrícola, torna-se determinante a elaboração de um verdadeiro plano hidrológico para Portugal, com um estudo de base científica que avalie a possibilidade de condução de água dos territórios com maiores disponibilidades de recursos hídricos, a criação de estruturas de armazenamento de água, regulação de caudais e interligações entre bacias hidrográficas, para fins agrícolas, de abastecimento às populações e de defesa contra incêndios rurais.

A eficiência hídrica na agricultura exige conhecimento e tecnologia que deve ser reforçada, bem como a implementação de programas de reutilização de água (pluviais, cinzentas, etc.) em destinos adequados como a rega. A modernização do regadio e aumento da capacidade de retenção de água, associados a melhores práticas de gestão com impacto nas disponibilidades hídricas, são determinantes para combater a seca e aumentar a eficiência do uso da água.

Esta reutilização das águas residuais e o estudo de centrais de dessalinização da água do mar para utilização em rega devem ser vistas como complemento importante desta equação, a par



com o cada vez maior uso eficiente da água, sendo que o financiamento destes investimentos tem de ser assegurado numa lógica plurifundo.

### 3.2 – O USO DO SOLO

A floresta, o uso do solo, em particular as pastagens permanentes, e as zonas húmidas (LULUCF), foram reconhecidos no Acordo de Paris como setores chave para o cumprimento dos objetivos de procurar limitar o aumento da temperatura mundial a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais. É também reconhecida a importância de que os países reforcem os seus sumidouros e reservatórios de gases com efeitos de estufa.

O setor LULUCF não está à data enquadrado nas medidas de política de mitigação dos gases com efeito de estufa, mas o Regulamento (UE) 2018/841 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de junho de 2018, estabelece as suas regras de contabilização para 2021-2030 e Portugal comprometeu-se a apresentar um Plano de Contabilidade Florestal Nacional. Este Regulamento reconhece que o investimento em medidas de prevenção e as práticas de gestão sustentável podem reduzir os riscos associados às perturbações naturais.

Acresce que a nível da Comunidade Europeia encontra-se, em fase final de redação, a proposta de Diretiva do Parlamento e do Conselho sobre a Lei de Monitorização e Resiliência do Solo, na qual a Qualidade e Saúde do Solo, bem como a recuperação de áreas degradadas e/ou contaminadas vão merecer uma especial atenção.

As florestas constituem um dos nossos maiores sumidouros e reservatórios de carbono e Portugal foi um dos poucos países que, no âmbito do Protocolo de Quioto (2008-12), optou por utilizar esse potencial para compensar as emissões de outros sectores, como os transportes ou a indústria, os maiores emissores de gases com efeitos de estufa (GEE). Os relatórios que Portugal tem produzido no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) revelam claramente que as emissões de GEE pela agricultura são largamente compensadas pelo efeito sumidouro da floresta e do uso do solo (LULUCF), com um balanço muito positivo. É assim falsa a tentativa de imputar ao sector agrícola a maior responsabilidade pelas emissões de GEE como tem sido prática nos últimos tempos.

Nos espaços dedicados à produção agroalimentar, a conservação da qualidade do solo é crítica, tanto do ponto da manutenção da sua capacidade produtiva, como do ponto de vista da conservação/aumento do carbono sequestrado na sua matéria orgânica, o principal compartimento continental de armazenamento de carbono.

Se o nosso maior sumidouro de carbono é a floresta e as pastagens permanentes, em particular as biodiversas; se a propriedade dessas áreas é maioritariamente privada; se este contributo positivo para as metas ambientais do país ocorre nas áreas rurais, na sua maioria vulneráveis e desertificadas; então os proprietários têm de ser remunerados pelo serviço que prestam à sociedade e o CDS deve estar na linha da frente desta defesa intransigente.

É determinante avaliar nas diferentes regiões produtivas os stocks de carbono mais estáveis, e quantificar o limite máximo deste sequestro de carbono, assim como o carbono armazenado no solo em formas mais lábeis e transitórias, mais relevante nos diferentes serviços de ecossistema que os solos fornecem, nomeadamente na manutenção da sua biodiversidade.



### 3.3 – A BIODIVERSIDADE

Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza, a atividade humana para a produção de alimentos, infraestruturas, energia e exploração mineira é responsável por 79% do impacto nas espécies ameaçadas e, apenas, através da transformação destes sistemas será possível substituir a destrutiva influencia humana por uma economia positiva para a natureza.

As grandes economias mundiais, através do 2º Relatório sobre a Nova Economia da Natureza, da responsabilidade do Fórum Económico Mundial, com base nestas preocupações, apresentam uma série de transições que inverterão a perda de natureza, e logicamente da biodiversidade, implicando um forte impacto na economia e na vida do Planeta. Perda de biodiversidade, aliás, considerada como a terceira ameaça mais grave para a humanidade, nos próximos 10 anos, segundo o Global Risks Report 2022 do Fórum Económico Mundial.

O solo agrícola alberga um quarto da biodiversidade total e cerca de 20% das terras estão degradadas ou que cerca de 200 plantas foram usadas para a produção de alimentos (em 2014) e apenas 9 são responsáveis por 66% de todas as culturas. São os territórios rurais que muito garantem a riqueza da nossa biodiversidade. Portugal é um dos países da UE com maior percentagem de área classificada: temos 8% do território classificado com Área Protegida, dos quais grande parte, mas não toda, se sobrepõe aos 22% de Rede Natura 2000. E existem ainda 6 Reservas da Biosfera - áreas onde os valores que se pretendem proteger estão precisamente ligados às atividades humanas envolventes – 18 Sítios Ramsar e 4 Geoparques.

Inquestionável o papel da floresta, responsável por cerca de 25% do total da biodiversidade, da polinização, pois 3 em 4 das culturas em todo o globo que produzem sementes ou frutos necessitam destes insectos polinizadores ou, ainda, das 1000 espécies de invertebrados podem ser encontradas em 1m<sup>2</sup> de solo florestal. Agora sim, fazemos parte e influenciámos com os nossos comportamentos, atitudes e opções.

Fazer parte implica a consciencialização dos nossos atos como cidadãos e escolhas como consumidores. Cada opção implica uma atitude e, esta, pode ser a escolha pela diversidade, pelos recursos endógenos, pela produção local, por sistemas de produção mais sustentáveis. Ao escolhermos as variedades e raças locais, estimulamos os produtores locais no suporte da biodiversidade, reduzimos o abandono de terras agrícolas, reforçamos os ecossistemas locais e diminuímos a pegada de carbono (pela importação de alimentos).

O desenvolvimento sustentável é uma responsabilidade de todos, nomeadamente para com as próximas gerações, mas a proteção do ambiente pode e deve ser uma oportunidade e não um encargo, pelo que é necessária uma perspetiva económica da proteção ambiental, sem preconceitos, sustentada na inovação e no progresso tecnológico, que foram o que, ao longo da história, nos permitiu evoluir e alcançar a prosperidade atual.

O CDS considera fundamentais políticas públicas que fomentem a agricultura e floresta como forma de reserva ambiental, para além de produtiva ou de ordenamento de território, fazemos parte como guardiões da biodiversidade, a que civicamente todos devemos aderir.

Por isso mesmo, a gestão das áreas protegidas deve envolver os atores locais nos processos de decisão, permitindo a compatibilização da preservação da biodiversidade com a existência de outras atividades económicas, nomeadamente turísticas, mas também de cariz educacional.



#### 4. UMA ALIANÇA VIRTUOSA PARA A MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Uma agenda para a sustentabilidade ambiental implica o reconhecimento do importante papel da complementaridade das atividades no território e uma visão integradora das medidas de política.

- Reconhecer que as medidas de política ambiental devem ter uma visão integrada e cientificamente sustentada, numa perspetiva económica da proteção ambiental, alicerçada na inovação e no progresso tecnológico;
- Assumir que, em Portugal, a água é um fator de coesão social e territorial mais do que de competitividade, e que é urgente desenvolver e assegurar financiamento para um plano de armazenamento plurianual de água que garanta essa coesão e essa competitividade num futuro cada vez mais sujeito a aleatoriedades climáticas;
- Criar mais sistemas de águas superficiais, promover a reutilização de água de águas residuais para fins não domésticos e campanhas de sensibilização para uso eficiente da água e de promoção do seu valor enquanto recurso escasso;
- Promover o desenvolvimento para uma agricultura de precisão e sustentável, assegurando maior eficiência dos inputs intermédios e redução de nutrientes no ambiente, tendo em conta os desafios da transição climática e o cumprimento das metas de neutralidade carbónica;
- Assegurar que os proprietários rurais são remunerados pelos serviços ambientais que prestam à sociedade, nomeadamente pelo sumidouro de carbono e salvaguarda da biodiversidade;
- Estimular a plantação de espécies autóctones, em detrimento de monoculturas, o uso eficiente de pastagens biodiversas, fonte importante do sequestro de carbono, incentivando as entidades que o fazem;
- Sustentar cientificamente as áreas protegidas que devem manter-se com menor ou nenhuma intervenção humana e as que podem e/ou devem coexistir com alguma, e em que moldes, atividade económica, garantindo dessa forma uma maior sustentabilidade dessas áreas, em todas as suas vertentes;
- Potenciar a inovação regional face ao rápido esgotamento dos recursos naturais e às alterações climáticas, apostando na economia verde para as áreas rurais, desde a agricultura e a silvicultura, a economia circular e a biodiversidade. Através desta estratégia económica propõe-se uma abordagem agregadora para enfrentar os desafios ecológicos, ambientais, energéticos, de alimentação, recursos naturais e sociais, 'produzindo mais com menos' e como um fator-chave para o crescimento inteligente e verde de Portugal.





CDS-PP  
5. SÚMULA

Portugal está a envelhecer e o Interior a desertificar. O reforço da notoriedade e o reconhecimento do papel do Mundo Rural é indispensável e uma ALIANÇA VIRTUOSA PARA A MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS é urgente, agregando todos aqueles que o preservam, respeitam e valorizam.

Porque o CDS esteve sempre presente nestas causas e no respeito pelo Mundo Rural e, fê-lo de forma ativa e motivadora, é igualmente oportuno, neste preciso momento de decisões estruturantes, lembrar e reforçar políticas estruturantes que estiveram sempre na base do nosso Partido.

Os territórios rurais, com as paisagens cuidadas e preservadas, constituem-se como um ativo valioso para a qualidade de vida em qualquer região. Para tal, uma abordagem de desenvolvimento social e económico é determinante, para que se reduza e contrarie a atual tendência de envelhecimento e desertificação desses territórios.

A valorização das comunidades implica reconhecer a especificidade de uma realidade menos competitiva, adotar estratégias de longo prazo, com medidas de incidência económica (nomeadamente fiscais), sociais e ambientais, implementar políticas de crescimento demográfico que contemplem investimentos ao longo de toda a vida, promover estratégias integradas de planeamento e ordenamento do território, de âmbito regional, enfim, reforçar o sentido de comunidade, através de uma maior inclusão social.

Urge reforçar a coesão económica, social e territorial, combatendo as desigualdades socioeconómicas e as disparidades regionais. O desenvolvimento social, o crescimento económico e a adaptação e mitigação das alterações climáticas estão dependentes do investimento em infraestruturas adequadas, de uma indústria moderna, empreendedora e sustentável, do progresso tecnológico e da digitalização da economia, de serviços públicos de qualidade, da intervenção ativa do terceiro setor, em particular nos territórios de baixa densidade.

A sustentabilidade ambiental do mundo rural implica o reconhecimento do importante papel da complementaridade das atividades no território, uma visão integrada e cientificamente sustentada, numa perspetiva económica da proteção ambiental, alicerçada na inovação e no progresso tecnológico.

Considerar a água um fator de coesão social e territorial mais do que de competitividade, promover o valor da floresta nacional e assegurar a remuneração dos proprietários rurais pelos serviços ambientais que prestam à sociedade, nomeadamente pelo sumidouro de carbono e salvaguarda da biodiversidade, são estratégias cada vez mais urgentes perante a emergência climática e as medidas necessárias para a mitigação das alterações climáticas.

Potenciar a inovação regional, promovendo a criação, adaptação e adoção de produtos, processos e serviços novos ou valorizados, apostando na economia verde para as áreas rurais, desde a agricultura e a silvicultura, a economia circular e a biodiversidade. O reforço do apoio a outras atividades económicas, como o turismo ou as indústrias criativas, serão exemplos de uma estratégia potenciadora da capacidade de regeneração social e económica dos territórios rurais.

**Porque o CDS, desde sempre, se apresentou como um partido de propostas e soluções para estas populações e espaços; porque o CDS tem (e teve), em diferentes dimensões (locais ou**





nacionais) responsabilidades nas políticas de desenvolvimento rural e social; porque o CDS não se pode alhear do momento de inação e menorização de valores e estilos de vida desta população; porque em momento de mudanças devemos reconhecer e valorizar, também, as orientações e eixos que nos agregam, apresentamos a Moção ALIANÇA VIRTUOSA PARA A MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.